



AUTISMO E NEURODIVERSIDADE NO CONTEXTO EDUCACIONAL: UM RELATO DE EXPERIÊNCIA EXTENSIONISTA

Lucélia Pereira Dos Santos
Universidade Estadual de Montes Claros
luceliaporto2020@gmail.com

Luzia Andrade Santana
Universidade Estadual de Montes Claros
luziaabia9890@gmail.com

Aline Maria Gonzaga Ruas
Universidade Estadual de Montes
Claros
aline.ruas@unimontes.br

3. Educação e Diversidade

Palavras-chave: Autismo ;Educação inclusiva;Neurodiversidade.

Relato de Experiência

Contextualização e justificativa da prática desenvolvida

Este relato referiu-se a uma atividade extensionista realizada no curso de Pedagogia da Universidade Estadual de Montes Claros (Unimontes) – Campus Pirapora, em abril de 2026. O foco foi uma discussão sobre neurodiversidade, com ênfase na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista (TEA) no ambiente educacional.

A temática justificou-se pela necessidade de compreender a inclusão desses alunos nas escolas. Apesar dos avanços legais, persistem desafios na prática pedagógica. Assim, a atividade contribuiu para ampliar as reflexões sobre a realidade escolar e fortalecer a relação entre teoria e prática.

O Problema norteador e objetivos

O Problema central da atividade consistiu-se em refletir sobre como a inclusão de estudantes com TEA vem sendo realizada nas escolas e quais são as principais dificuldades enfrentadas nesse processo.

O objetivo foi ampliar a compreensão dos acadêmicos sobre a neurodiversidade, destacando a importância de práticas pedagógicas inclusivas, além de incentivar a construção de um olhar mais sensível e preparado para lidar com as diferenças no ambiente escolar.



Procedimentos e/ou estratégias metodológicas

A atividade resultou-se de um planejamento coletivo entre professores e acadêmicos, que definiu objetivos, estrutura e responsabilidades. Os estudantes participaram na recepção, organização do espaço, mediação e divulgação. A professora da disciplina ficou responsável pela organização e divulgação do evento.

A programação incluiu entrevistas dialogadas e trocas de experiências, tornando o evento dinâmico e significativo para a formação acadêmica. Essa abordagem garantiu a participação inclusiva de todos.

Fundamentação teórica que sustentou/sustenta a prática desenvolvida

A prática baseiou-se nos princípios da educação inclusiva e na perspectiva da neurodiversidade, que valoriza as diferenças como parte da condição humana. Os estudantes com TEA exigem práticas adaptadas às suas formas únicas de aprender e interagir.

A discussão ancora-se em marcos legais, como a Constituição Federal de 1988, a Lei nº 12.764/2012 (Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com TEA) e a Lei nº 13.146/2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), que garantem igualdade de oportunidades educacionais.

Resultados da prática

A experiência articulada teoria e prática, desenvolvendo habilidades como trabalho em equipe, organização e reflexão crítica nos acadêmicos. Além disso, ampliou a percepção sobre a inclusão de estudantes com TEA, revelando desafios como falta de preparação profissional, necessidade de formação continuada e deficiência de recursos escolares.

Relevância social da experiência para o contexto/público destinado e para a educação e relações com o eixo temático do COPED

A atividade promoveu reflexões sobre inclusão e valorização da diversidade, beneficiando o público-alvo (acadêmicos e educadores) e a educação como um todo. Contribuiu para formar profissionais mais preparados para práticas inclusivas.

Alinha-se ao eixo temático “Educação e Diversidade” do COPED, ao enfatizar pedagogias que

**XVII CONGRESSO
NACIONAL DE
PESQUISA EM
EDUCAÇÃO**
COPED/2026
09 A 11 DE JUNHO



**EDUCAÇÃO E A CONSTRUÇÃO
DE UM NOVO MUNDO:
UTOPIAS HEIBERLIANAS**



respeitem diferenças e garantam acesso equitativo à educação.

Considerações finais

A atividade extensionista enriqueceu a formação acadêmica, fomentando reflexões sobre inclusão e neurodiversidade. Evidenciou que, apesar dos avanços legais, os desafios persistem no contexto educacional. Portanto, urge investir em práticas inclusivas e na capacitação docente para atender à diversidade.

Referências

BRASIL. **Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012.** Institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista. *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 28 dez. 2012.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015.** Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). *Diário Oficial da União*, Brasília, DF, 7 jul. 2015.

BRASIL. **Constituição (1988).** Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília, DF: Senado Federal, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.** Brasília, DF: MEC, 2008.